



## ATA DA 1ª REUNIÃO DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL

--- Aos vinte e um dias do mês de abril de dois mil e dezassete, na Sala Couto Viana, na Biblioteca Municipal de Viana do Castelo, em Viana do Castelo, pelas dezassete horas e quarenta cinco minutos, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, adiante designada de CIM do Alto Minho, nos termos e para os fins previstos na respetiva Convocatória. -----

--- Presidiu a reunião Rui Manuel Taxa da Silva Araújo, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal.-----

--- Agradeceu o acolhimento por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa verificou as seguintes substituições: o membro Armando Paulo Rodrigues Fontainhas (PSD) Monção justificou a sua falta e foi substituído por Dulcinea Andrea Malheiro Rodrigues Figueiredo. -----

--- Não estiveram presentes os membros: Artur José Rodrigues (PS) Melgaço; Fernando José Rodrigues Pires Venade (PS) Vila Nova de Cerveira; José Augusto de Brito Pacheco (PS) Paredes de Coura.-----

--- Não estiveram ainda presentes: Manuel Álvaro Guimarães Gomes (PS) Valença; Salvato Vila Verde Pires Trigo (CDS-PP) Ponte de Lima, tendo comunicado a sua impossibilidade em estarem presentes.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia passou de imediato à leitura da Ordem de Trabalhos, proposta, em convocatória, para esta reunião: -----

**1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

**1.1 -** Apreciação e votação da Ata da 2ª Reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal realizada em 25 de novembro de 2016.-----

**1.2 -** Apreciação de assuntos de interesse da Comunidade Intermunicipal, da iniciativa dos Membros da Assembleia.-----

**2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

**2.1 -** Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal, a qual é apresentada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal (ponto 3, artº. 29º do Regimento).-----

**2.2 –** Apreciação e votação do Relatório de Gestão e Contas referente ao ano de 2016;

**2.3 –** Revisão do Orçamento de 2017;-----



- 2.4 – Comunicação das Alterações Orçamentais;-----  
2.5 – Ratificação dos Procedimentos de Carater Plurianual de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2016.-----

**3- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.** -----

--- Senhor Presidente inicia a Ordem de Trabalhos da reunião com o “Período de Antes da Ordem do Dia”: -----

**1.1 - Apreciação e votação da Ata da 2ª Reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal realizada em 25 de novembro de 2016.**-----

--- O Senhor Presidente da Mesa iniciou a abertura do período de inscrições, para a ata da reunião realizada no dia 25 de novembro de 2016. Não tendo havido inscrições, passou de imediato à votação deste ponto e registou-se a aprovação da ata com o total de 32 votos, com 27 votos a favor, 5 abstenções e 0 votos contra.-----

**1.2 - Apreciação de assuntos de interesse da Comunidade Intermunicipal, da iniciativa dos Membros da Assembleia.** -----

--- Pelo Senhor Presidente da Mesa foi aberto o período de inscrições para este ponto, não havendo inscrições. O Senhor Presidente informa da receção de uma Moção, apresentada pela CDU sobre o 25 de Abril e 1º de Maio, convidando o membro da CDU, Martinho Cerqueira para proceder à sua leitura.-----

Martinho Cerqueira – Cumprimenta toda a Assembleia dando as boas vindas a Viana do Castelo, passando de imediato à leitura integral da Moção apresentada à Mesa, sobre o “25 de Abril e 1º de Maio” como momentos históricos em Portugal, propondo: (I) Saudar os valores de Abril e 1º de Maio cujos elementos essenciais estão consagrados na Constituição da República Portuguesa como uma base política que serve Portugal e os Portugueses; (ii) Apelar aos trabalhadores, aos eleitos autárquicos, ao movimento associativo e à população a associarem-se às comemorações destas datas, na afirmação do poder local democrático como conquista de Abril e na defesa de interesses e direitos das populações. (Doc. 1/2017).-----

--- O Senhor Presidente da Mesa abre o período de inscrições sobre a moção apresentada, tendo-se inscritos os membros: Emília Cerqueira e Mário Ventura.-----

Emília Cerqueira – Cumprimenta toda a Assembleia, referindo alguns problemas em viabilizar o documento, quer pelo conteúdo quer pelo texto, considerando que a moção está perfeitamente enquadrada e adequada, valorizando muito abril, direitos, liberdades e garantias, 25 de abril, a democracia, tal como os direitos e a luta dos trabalhadores por uma sociedade mais justa. Nessa perspetiva, dos direitos constitucionais, aprovarão o documento.-----

--- O Senhor Presidente cede a palavra ao membro, Mário Ventura.-----

Mário Ventura – Cumprimenta toda a Assembleia, referindo algumas notas ao documento,



nomeadamente: referindo uma notícia do dia, sobre a Venezuela e os valores comunistas, sobre o que estes trazem à sociedade, fazendo uma rápida abordagem à história dos últimos vinte anos da Venezuela referindo basicamente a pobreza ainda hoje existente. Relacionando os valores de Abril em Portugal, como a liberdade e os direitos dos trabalhadores, referindo não estar o CDS capaz de subscrever uma moção com os parágrafos iniciais, dos quais discordam, propondo o corte dos primeiros três parágrafos da referida Moção, considerando uma proposta viável e satisfazer os interesse do partido comunista na Assembleia, e nesses termos terão o parecer favorável do CDS à Moção.-----

--- Tendo sido solicitada a palavra pela membro, Cristina Martins, é-lhe a mesma concedida.-----

Cristina Martins – Cumprimenta a Assembleia, referindo ser a única em representação do Movimento Independente, manifestando o voto a favor da Moção apresentada.-----

-- O Senhor Presidente da Mesa põe a votação a Moção apresentada, sendo aprovada por 30 votos a favor, 3 votos contra e 0 abstenções. É ainda permitida uma declaração de voto solicitada pelo membro, Carlos Resende.-----

Carlos Resende - Cumprimenta toda a Assembleia, informando que o Partido Socialista, embora não se tenha manifestado anteriormente, votou favoravelmente a Moção com consciência do seu conteúdo, acrescentando estar perplexo com a apresentação de alguns argumentos por parte de alguns membros que se pronunciaram inicialmente sobre o mesmo documento, sem consistência e com comparações com situações da Venezuela, considerando incompreensível essas comparações, considerando extremamente importante o que se passou no nosso País no 25 de abril de 1974 e no 1º de Maio, pelas alterações independentemente de repudiar ou não o regime anterior, manifestando não ter achado oportuno a comparação com a Venezuela.-----

--- O Senhor Presidente cede novamente a palavra ao membro Mário Ventura, que solicita defesa da honra.-----

Mário Ventura – Informa ter solicitado a “defesa da honra” de acordo com o previsto no regimento, por se sentir diretamente visado pretendendo esclarecer alguns pontos: reforçando a defesa da liberdade, fazendo algumas considerações sobre o que é o comunismo o que protagoniza e o que significa, referindo que a comparação com outro país defendido por um partido que tem representação nesta Assembleia e como consequência do “25 de Abril”, ressaltando ser uma comparação, no sentido de se ainda no nosso país não reinasse a democracia. Referindo discordar da primeira abordagem feita à Moção pelo CDS.-----

--- O Senhor Presidente passa ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos: Período da Ordem do Dia: **2.1. Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal** apresentada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal. É cedida a palavra ao Senhor José Maria Costa.-----

José Maria Costa – Cumprimenta toda a Assembleia dando as boas vindas a Viana do Castelo,



mais concretamente à Biblioteca Municipal e à Sala Couto Viana, referindo ser a primeira reunião de caráter autárquico, realizada nesse espaço, pois tem sido local de realização de outras atividades, manifestando a satisfação pela realização da reunião da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho. Manifesta a sua associação às comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio, como forma de livremente ser possível a diferença de opiniões, salientando a vida democrática.-----

Passando ao ponto em apresentação, refere o relatório que será apresentado findo o presente mandato, começando por agradecer aos colegas, a confiança que lhe foi demonstrada na eleição para ser o Presidente da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, manifestando o seu empenho e sentido de responsabilidade, tendo consciência que não seria fácil substituir o anterior Presidente e face ao quadro de grande exigência de 2013, período de ajustamento financeiro, período de grandes dificuldades para as autarquias, de negociação do novo Quadro Comunitário e do fecho do Quadro anterior, referindo o elevando sentido de coresponsabilidade e solidariedade em todas as missões, tendo-se sentido sempre apoiado por todos os colegas para poder levar a cabo o trabalho dos últimos anos. Agradece também ao Primeiro Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal, Engº. Júlio Pereira, pelo trabalho desenvolvido ao longo do presente mandato, com reconhecimento e valorização a nível nacional, como a melhor CIM do país e em termos de regiões, em trabalho de planeamento, de execução, na apresentação de ideias inovadoras, na forma de relacionamento dentro do espaço territorial mesmo com diferentes sensibilidades políticas, tendo sido esta CIM, com vários governos de diferentes fações partidárias, sido chamada a ser CIM piloto em inúmeras iniciativas. Enuncia o orgulho sentido por todos e elogiando o trabalho de toda a equipa técnica, no que resultou a apresentação de bons projetos e boas estratégias, nem sempre bem valorizadas na componente financeira, tendo existindo na gestão dos fundos comunitários algumas situações de desagrado nunca tendo deixado de ter o mérito máximo em várias candidaturas, como no PROVERE e nas candidaturas do Minho IN, o que demonstra um trabalho sério, responsável e ao serviço dos eleitores, que depositaram confiança. Refere também, que nos últimos quatro anos, existiu um trabalho de relacionamento profícuo com todas as entidades locais e agentes a nível do distrito de Viana do Castelo e da Comunidade Intermunicipal. O projeto desenvolvido da Estratégia Alto Minho 2020, com início no mandato anterior, proporcionou um conjunto de iniciativas muito alargadas junto da sociedade civil, de muitos fóruns, debates, acolhendo parceiros em projetos muito estruturantes nos ativos deste território, nomeadamente o Instituto Politécnico de Viana do Castelo como parceiro muito importante, Escolas Profissionais, Associações Empresariais, Entidades Culturais, instituições da área social tendo sido construído em conjunto, o que era um desígnio de todos, de transformar o Alto Minho do ponto de vista da estratégia, desenvolvimento,



dos indicadores de desenvolvimento que vinham da retaguarda de alguns espaços sub-regionais a nível nacional e traze-los para outros valores. Como prova desse trabalho enuncia alguns indicadores: o aumento de 22% das exportações no Alto Minho, entre 2013 e 2015, sendo neste momento a quarta sub-região da região Norte mais exportadora; o aumento do turismo registando uma taxa de 35% sendo superior ao da região Norte; com valores nestas duas áreas acima dos valores de toda a região Norte; verificando-se também uma descida do desemprego a nível do distrito da CIM do Alto Minho, de menos 37% entre 2013 e 2016, colocando-nos também acima da média nacional. Significando, que do ponto de vista da alocação dos fundos comunitários uma boa prestação e das parcerias que foram sendo estabelecidas, dos bons projetos e do acolhimento empresarial que todas as câmaras alcançaram, com o excelente trabalho desenvolvido, estando atualmente, o Alto Minho a fixar investimento estrangeiro e a aumentar o investimento nacional e local. Foi esta Comunidade reconhecida, pelo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão Regional, como a sub-região do país com mais investimento de fundos comunitários para projetos por empresas, tendo a nível do sistema de incentivos com uma boa capacidade de retenção em projetos de investimento. Reconhecendo como trabalho e mérito de todos, nomeadamente autarcas e todos os agentes que foram trabalhando com a CIM em prol do desenvolvimento da região. Fazendo um balanço, muito positivo, nesta que é a última reunião da Assembleia Intermunicipal demonstrando o trabalho realizado ao longo deste últimos tempos, como as parcerias realizadas com outras entidades, tendo sido conseguido com este quadro comunitário, transportar uma parceria entre três comunidades intermunicipais, que vinham do Minho IN ponto 1, entre a CIM do Alto Minho, a CIM do Ave e a CIM do Cávado no projeto, de certa forma emblemático, que é o desenvolvimento dos territórios de baixa densidade, em áreas muito específicas, esta situação única de três CIM's associadas num projeto, com nota máxima na aprovação da estratégia. Refere também o trabalho exemplar a nível da Cooperação Transfronteiriça, com a aprovação, na última reunião da Assembleia Intermunicipal, da constituição de uma comunidade de trabalho o AECT, entre o Alto Minho e a Deputación de Pontevedra em que estão a ser desenvolvidos trabalhos de cooperação em inúmeros projetos, nomeadamente no POCTEP com a recente aprovação de oito iniciativas que foram financiadas, significando que a proximidade geográfica e as boas relações com a Galiza, existentes há vários anos, têm permitido o desenvolvimento e um trabalho profícuo, ultrapassando algumas dificuldades burocráticas. Conclui que o trabalho desenvolvido em 2016, com a aprovação e o início da operacionalização do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial – Alto Minho 2020, como instrumento mais importante atendendo às áreas e tipologias abordadas que ronda o investimento na ordem dos 70 milhões de euros e que abrange áreas muito importantes como a saúde, educação e a eficiência



*Handwritten signature in blue ink.*

energética. Refere ainda a aprovação da operacionalização da DLBC Costeira Litoral Norte, onde a CIM do Alto Minho em conjunto com parceiros do GAC Litoral Norte irá gerir um investimento na ordem dos 10 milhões de euros; o início da operacionalização de quatro candidaturas de promoção de desenvolvimento turístico e cultural do Alto Minho: o Alto Minho 4D – Viagem no Tempo; o COOLTIV´ART – Programação Cultural em Rede; Valorização Cultural e Turística do Caminho de Santiago – Caminho de Torres; o Cult-Ring – Cultural Routes as Investment for Growth and Jobs no montante de investimento aproximado dos 3 milhões de euros. A aprovação e início da operacionalização de quatro candidaturas na área de valorização do património natural num montante de investimento aproximado de 1 milhão e duzentos mil euros; início e operacionalização da primeira candidatura na área da modernização administrativa no montante global de 500 mil euros; a preparação para o início de exercício de competências das autoridades de transportes a nível intermunicipal. Em 2016 foi também aprovada e iniciada a operacionalização de três ações coletivas: Promoção do Empreendedorismo; na Internacionalização do Alto Minho - Minho Inovação 2015-2020 no montante de investimento global de cerca de 1 milhão de euros, na estruturação da proposta da iniciativa do PROVERE - Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos – reconhecimento formal das estratégias de eficiência coletiva. A aprovação, após dois anos, da candidatura ao PO NORTE da iniciativa, Minho Região Europeia da Gastronomia, no montante de 700 mil euros para desenvolver um trabalho em cooperação com o IPVC. Apresentação da proposta do AECT do Rio Minho com a aprovação de 1,7 milhões de euros para a CIM e 600 mil euros para os Municípios. Estas iniciativas tiveram início após a operacionalização das candidaturas, no segundo semestre de 2016 estando a decorrer. Por fim solicita o apoio do Dr. Miguel Matos relativamente à componente financeira da CIM do Alto Minho.-----

Miguel Matos – Cumprimenta toda a assembleia e começa por referir a particularidade do ano de 2016, referindo-se aos quadros comunitários com períodos de programação de 7 anos, tendo um ano em que coincide o fecho de uma quadro e a abertura de outros o que se reflete em dezembro de 2015, foi encerrado o quadro comunitário do QREN tendo sido o ano de maior execução financeira, com maior nível do volume de despesa e de receita, esta nota para justificar o que se passou, demonstrando ter sido o ano de 2016 de apresentação de candidaturas, tendo sido apresentadas cerca de 30 candidaturas com uma elevada taxa de aprovação nos diversos Programas. Assim o ano de 2016 foi um ano de baixa execução financeira (com uma execução orçamental entre os 39% e 56% em pagamentos e recebimentos realizados), devido a dois fatores: a imprevisibilidade total do arranque do atual Quadro Comunitário, referindo os projetos apresentados pelo Presidente da CIM, no valor de alguns milhões de euros que começam a ter execução em 2017 e pela exigência do Programa na



inscrição dos projetos no Plano de Atividades, gerando um empolamento no Plano de Atividades pois para a assinatura do Termo de Aceitação os mesmo têm que estar devidamente inscritos e cabimentados, tendo sido elaborada uma revisão orçamental aprovada na última reunião da Assembleia Intermunicipal, face á expectativa de projetos que poderiam ser aprovados. Refere ter sido o ano de 2016 de baixa execução financeira, tendo-se verificado uma descida do volume da despesa em cerca de 60% e da receita na ordem dos 35%, tendo sido sobretudo um ano de materialização de projetos já referidos. A CIM do Alto Minho constituiu-se como organismo intermédio junto do NORTE 2020 para a gestão do PDCT- Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial "Alto Minho 2020"; junto do MAR 2020 para a gestão da DLBC Costeira Litoral Norte e para acompanhamento do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano do Município de Viana do Castelo – PEDU Viana do Castelo. Participa como Líder de Consórcio – PROVERE na Região Norte: Estratégia Eficiência Coletiva "Minho Inovação". Refere á data, a aprovação das 30 candidaturas no valor de 10,3 milhões de euros. Conclui ser o ano de 2017 o ano esperado em termos de execução financeira, após o arranque das candidaturas aprovadas. Refere ainda, os cuidados a nível de gestão, apesar da redução da atividade financeira informando sobre o saldo global com um superavit de 500 mil euros, resultante do esforço de tesouraria dos projetos: pelos pagamentos efetuados em 2015 e recebimentos efetuados em 2016. Assim foi apurado um resultado líquido positivo, de cerca de 112 mil euros ou seja 50% superior ao de anos anteriores.-----

José Maria Costa – Refere o presente ano, como ano de execução à semelhança do que acontece também nas câmaras municipais, que após dois anos calmos é agora exigida uma taxa de execução bastante elevada. Disponibiliza-se para qualquer esclarecimento pretendido.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa, agradecendo a intervenção do Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM, questiona a Assembleia sobre questões a apresentar. Inscrevem-se dois membros: José Augusto Sousa e Maria Emília Cerqueira.-----

José Augusto Sousa – Cumprimenta toda a Assembleia e refere após análise dos documentos públicos apresentados pela CIM a redução significativa das transferências de capital e das despesas de capital, com a explicação de atrasos dos fundos comunitários, questionando especificamente sobre os atrasos dos fundos comunitários ou no atraso das participações nacionais relativas aos fundos comunitários que leva ao atraso da execução dos projetos aprovados. Referindo o plano das escolas, recentemente aprovado, em que a componente nacional (7,5%) relativa às obras a executar serão pagas em 4 anos, referindo que o IVA será de valor superior à participação nacional, questionando sobre se a dificuldade sentida é de transição do quadro comunitário ou dificuldade de pagamento de participação nacional.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa cede a palavra ao Presidente da CIM.-----



José Maria Costa – Refere ser claramente uma dificuldade do quadro comunitário, explicando as dificuldades ainda hoje sentidas, na materialização das participações à semelhança do que aconteceu no passado, referindo que são as mesmas equipas que estão no fecho do quadro que terminou em 2014 e o quadro atual teve início também no mesmo ano, sendo as despesas a partir de janeiro elegíveis no quadro atual embora os avisos das candidaturas e todo o seu processo só agora tem sido resolvido, enumerando alguns casos em que só muito recentemente foram clarificados, exemplificando o mapeamento para os equipamentos sociais que ainda aguarda validação da União Europeia e só posteriormente se poderão abrir as candidaturas, salientando que por ter sido ano eleitoral, foi dada prioridade à execução final do quadro anterior para não se perderem participações (período de overbooking) até ao dia 31 de dezembro de 2015 e só posteriormente se iniciou o atual quadro. Referindo ainda dificuldades da participação nacional, dos municípios e do próprio Estado, e mais precisamente das dificuldades dos municípios que com a nova lei dos compromissos aplicada a toda a administração pública, condiciona a abertura de concursos de obras sem terem a prévia aprovação das candidaturas por falta de orçamento e fundos disponíveis no seu próprio orçamento que permita lançar as obras, pois os orçamentos das autarquias e das CIM's estão muito baseados nos fundos comunitários, daí os relatórios de contas dos municípios no próximo ano serão excecionais. Esclarece alguns avanços e dificuldades sentidas nos Programas Nacionais e nos Programas Regionais.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa agradece a intervenção e cede a palavra á membro Emília Cerqueira.-----

Emília Cerqueira – Faz algumas considerações ao apresentado pelo Presidente e solicita a apresentação clara da influência das cativações feitas pela componente nacional (governo) para os graus de execução e para que a parte nacional não fosse assegurada para todos os projetos afirmando que o governo central não está a cumprir com a parte nacional, com projetos concluídos e que não estão dados como tal por causa da realização financeira por não estarem asseguradas as participações nacionais em consequência das verbas comunitárias questionando sobre os montantes da participação nacional em falta para finalizar obras já realizadas em termos materiais não possam ser dadas como executadas por causa da participação financeira.-----

--- O Senhor Presidente da mesa cede a palavra ao Senhor Presidente da CIM.-----

José Maria Costa – Informa que as cativações não tiveram influência nos municípios. Eventualmente nas candidaturas da administração central ou nos institutos ligados à mesma.---



--- O Senhor Presidente da Mesa agradece a intervenção e passa ao ponto **2.2. Apreciação e votação do Relatório de Gestão e Contas referente ao ano de 2016**, cedendo a palavra ao Senhor Presidente da CIM.-----

José Maria Costa – Referindo a clareza do documento que foi apresentado e disponibilizado a todos aos membros da Assembleia e a apresentação anterior sobre as componentes financeiras, com um superavit, disponibiliza-se para esclarecer alguma dúvida.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa abre o período de inscrições para discussão do ponto apresentado, registando-se a inscrição do membro Abel Lopes.-----

Abel Lopes – Cumprimento a Assembleia referindo nada ter a opor ao documento apresentado, referindo a nota do Revisor Oficial de Contas que refere o sistema iniciado em 2015 de contabilidade analítica (contabilidade de custos) como ferramenta essencial para um eficiente sistema de controlo e gestão de cada um dos projetos e reconciliação dos valores com a contabilidade financeira. Salaria, este membro, a importância da contabilidade analítica funcionar em pleno.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa agradece a intervenção questionando o Presidente da CIM se pretende intervir, cedendo-lhe a palavra.-----

José Maria Costa – Salaria e importância dada às recomendações do Revisor Oficial de Contas na aplicação integral da contabilidade analítica até para o rigor da imputação de custos, quer para a mão-de-obra, quer para imputações de outras despesas da prestação de serviços e de investimento, sendo estas recomendações tidas em consideração para melhoramento dos dados a apresentar ano a ano, aproveitando o momento para realçar e agradecer o trabalho da equipa técnica da CIM na gestão de todo o trabalho, principalmente em períodos de maior afluência de projetos.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa agradece e não havendo inscrições, passou à votação do documento – Relatório de Gestão e Contas do ano de 2016, tendo sido aprovado por 33 votos a favor 0 votos contra e 0 abstenções. Quanto à minuta, apenas refere que o resultado liquido do exercício foi positivo no valor de 112.239,80€, tendo sido posta a votação a minuta foi aprovada por unanimidade.(Doc. 2/2017) -----

O Senhor Presidente passa ao ponto **2.3 – Revisão do Orçamento de 2017**, cede a palavra ao Senhor Presidente da CIM.-----

José Maria Costa – Refere ser esta revisão necessária para o reforço do Programa INTERREG V-A Espanha-Portugal (POCTEP) que após aprovação das candidaturas terão que ser cabimentadas com reforço das verbas previstas nas Grande Opções do Plano e Orçamento de 2017.-----



--- O Senhor Presidente da Mesa abre o período de inscrições para discussão do ponto apresentado e não havendo inscrições, passou de imediato à votação, tendo sido aprovada por 33 votos a favor, o votos contra e 0 abstenções. Posta a votação a minuta foi a mesma aprovada por unanimidade. (Doc. 3/2017) -----

--- O Senhor Presidente passa ao ponto **2.4 - Comunicação das Alterações Orçamentais**, frisando ser este ponto apenas para comunicação à Assembleia Intermunicipal nos termos da alínea c) do artº. 90º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, e não para votação. Cede a palavra ao Senhor Presidente da CIM. (Doc. 4/2017) -----

José Maria Costa – Refere as diversas alterações orçamentais apresentadas na sequências das aprovações de candidaturas que implicaram a adequação dos documentos previsionais à execução efetiva das atividades da CIM do Alto Minho.-----

--- O Senhor Presidente passa ao ponto **2.5 – Ratificação dos Procedimentos de Carater Plurianual de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2016**, cedendo a palavra ao Senhor Presidente da CIM.-----

José Maria Costa – Refere, de acordo com a Lei, que a assunção de compromissos plurianuais aprovados em Conselho Intermunicipal têm que ser apresentados à Assembleia Intermunicipal para ratificação, em rubricas de contratos plurianuais identificadas no mapa anexo à proposta de deliberação.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa abre o período de inscrições para discussão do ponto apresentado e não havendo inscrições, passou de imediato à votação, tendo sido aprovada por 33 votos a favor, o votos contra e 0 abstenções. Posta a votação a minuta foi a mesma aprovada por unanimidade. (Doc. 5/2017) -----

--- O Senhor Presidente passa ao último ponto da Ordem de Trabalhos: **Período de Intervenção do Público**. Abre o período de inscrições não se tendo inscrito ninguém.-----

--- O Senhor Presidente em seu nome e em nome da Mesa apresenta cumprimentos a todos os membros da Assembleia Intermunicipal que reuniu pela última vez, dentro do atual mandato, agradecendo a todos e à equipa da CIM, a colaboração prestada ao longo dos últimos quatro anos.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa encerrou, pelas dezanove horas e cinco minutos, os trabalhos desta reunião, dos quais, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada no próximo plenário, será assinada pelos Membros da Mesa e por mim, Maria Virgínia Guedes do Rego que a redigi.-----

Viana do Castelo, 21 de abril de 2017.-----



O Presidente da Assembleia

O Vice-Presidente da Assembleia

O Secretário da Assembleia

Maria Virgínia Guedes do Rego

